

**PORTARIA NORMATIVA Nº 7, DE 11 DE SETEMBRO DE 2024**

Dispõe acerca da utilização do superávit financeiro pelo CAU/RS, revoga a Portaria Normativa nº 21, de 20 de dezembro de 2022, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL – CAU/RS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 35, inciso III, da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e no art. 152, do Regimento Interno do CAU/RS;

Considerando a Resolução CAU/BR nº 200, de 15 de dezembro de 2020, a qual normatiza no capítulo VI a utilização do superávit financeiro pelo CAU/BR e pelos CAU/UF;

Considerando a Resolução CAU/BR nº 247, de 24 de novembro de 2023, a qual altera a Resolução nº 200, de 15 de dezembro de 2020;

Considerando a Deliberação Plenária DPO/BR Nº 0097-08.A/2019, de 19 de dezembro de 2019, a qual altera a Deliberação Plenária Nº 0084-03/2018 e dispõe sobre a utilização do superávit financeiro; e

Considerando que a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 17, considera “obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios”,

**RESOLVE:****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Portaria Normativa dispõe acerca da utilização do superávit financeiro pelo CAU/RS. ( *Redação alterada pela Portaria Normativa nº 7/2025*).

Art. 2º Os créditos adicionais, com utilização de recursos provenientes do superávit financeiro, só poderão ser abertos com autorização do Plenário.

Parágrafo único. Os créditos adicionais têm por finalidade sua agregação às dotações preliminarmente autorizadas na normativa que aprovou o orçamento, tanto pela insuficiência da dotação original, quanto pela inserção no orçamento de despesas não previstas e necessárias ao atendimento de determinados projetos do Conselho.

Art. 3º A abertura de crédito adicional só será possível se houver fonte de recursos disponíveis, e será precedida de exposição de motivos.

**CAPÍTULO II**

## DA UTILIZAÇÃO

Art. 4º A utilização de superávit financeiro de exercícios anteriores só será permitida em despesas de capital e ou em despesas correntes quando provenientes de projetos estratégicos com duração não superior a dois exercícios, de caráter não continuado, em ações cuja realização seja suportada por despesas de natureza corrente, com apresentação de Plano de Trabalho, com estudo detalhado dos custos e da manutenção do projeto.

Art. 5º Em caráter excepcional, o superávit financeiro acumulado poderá ser utilizado pelo CAU/RS para a cobertura de despesas originadas de demandas emergenciais e/ou não previstas, tais como:

I - Situações excepcionais que provoquem queda abrupta na arrecadação prevista no Plano de Trabalho e Orçamento Anual, validadas, previamente ao uso, pela Comissão de Planejamento e Finanças do CAU/BR;

II - Casos de calamidade ou emergência, decretadas pelos órgãos e/ou níveis de governo componentes no caso fático, que extrapolem a capacidade de gestão do CAU/RS, ocasionando prejuízos ou comprometendo a realização das atividades que constituem suas atribuições legais;

III - Outras despesas não previstas, devidamente justificadas e aprovadas pelas instâncias competentes no âmbito do CAU/RS.

Art. 6º A utilização de recursos do superávit financeiro para aplicação em projetos estratégicos deverá ser previamente aprovada pela Comissão de Planejamento e Finanças e pelo Plenário do CAU/RS.

§ 1º Deve-se respeitar às vedações de utilização de receitas de capital em despesas correntes, previstas na legislação vigente.

§ 2º Os Projetos Estratégicos deverão ser diretamente relacionados com os Objetivos Estratégicos Nacionais ou Locais definidos como prioritários durante o processo de Gestão da Estratégia do CAU/RS.

§ 3º Cada Projeto Estratégico deverá ter seu Plano de Trabalho aprovado previamente pela Comissão de Planejamento e Finanças e pelo Plenário do CAU/RS, e deverá conter minimamente os itens estabelecidos conforme a legislação vigente do CAU/BR.

Art. 7º Os créditos provenientes da utilização do superávit financeiro devem ser utilizados nas contratações direta e exclusivamente vinculadas aos projetos aprovados pelo Conselho Diretor, no que tange ao mérito, para posterior encaminhamento à Comissão de Planejamento e Finanças para aprovação dos recursos, devendo ser homologados pelo Plenário do CAU/RS.

Art. 8º O Plano de Trabalho deverá ser apresentado conforme o modelo disponibilizado pelo CAU/BR, constante no Anexo I desta Portaria Normativa. *(Redação alterada pela Portaria Normativa nº 7/2025).*

§ 1º Nos casos em que o projeto prever a abertura de edital, deverá ser apresentado o Anexo II desta Portaria Normativa. *(Redação dada pela Portaria Normativa nº 7/2025).*

§ 2º As informações obrigatórias a constarem nos Planos de Trabalho deverão seguir as orientações do documento “Cartilha de Orientação para Preenchimento de Projetos” disponível em <https://caurs.gov.br/preenchimento-projetos>. *(Redação dada pela Portaria Normativa nº 7/2025).*

§ 3º Os referidos Anexos considerarão as atualizações de versões e diretrizes disponibilizadas pelo CAU/BR. *(Redação dada pela Portaria Normativa nº 7/2025).*

## CAPÍTULO III

### DO VALOR

Art. 9º O somatório dos projetos estratégicos a serem custeados com recursos do superávit financeiro poderão utilizar, no momento da Programação Orçamentária, no máximo 15% do montante acumulado como superávit financeiro, verificado ao final do último exercício financeiro fechado disponível. Na Reprogramação Orçamentária, esse limite poderá ser elevado para até 20% do montante acumulado como superávit financeiro, apurado ao final do

último exercício financeiro fechado disponível, nos casos em que houver redução do valor acumulado em decorrência da atualização do exercício financeiro utilizado como base de cálculo. *(Redação alterada pela Portaria Normativa nº 5/2025).*

Parágrafo Único. Nos casos excepcionais previstos no Art. 5º, o limite para utilização de recursos do superávit financeiro, no exercício corrente, poderá exceder o teto de 15% desde que o percentual seja apresentado e aprovado previamente pela Comissão de Planejamento e Finanças e Plenário do CAU/RS.

Art. 10 No caso de o projeto resultar em despesas de caráter continuado, deverá constar no estudo detalhado dos custos a demonstração de que o orçamento corrente suportará as despesas provenientes deste projeto.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 11 Fica vedada a utilização dos recursos do superávit financeiro para remuneração de pessoal efetivo e de empregos de livre provimento e demissão e para demais despesas correntes de caráter continuado, salvo casos excepcionais previstos no Art. 5º.

Art. 12 Os projetos estratégicos, custeados com superávit financeiro, farão parte do Plano de Ação e Orçamento do CAU/RS e de suas Reprogramações, observando os procedimentos especificados nas Diretrizes de Elaboração, e as de Reprogramação, do Plano de Ação e Orçamento do CAU/BR.

Art. 13 Esta Portaria Normativa revoga a Portaria Normativa Nº 21, de 20 de dezembro de 2022

Art. 14 Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação no sítio eletrônico do CAU/RS.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2025.

**ANDRÉA LARRUSCAHIM HAMILTON ILHA**  
Presidente do CAU/RS

**Anexo I**

1. Denominação	
2. Justificativa	
3. Objetivos Estratégicos (Mapa Estratégico) - obrigatoriamente, deverá ser relacionado com os Objetivos Estratégicos Nacionais ou Locais definidos como prioritários durante o processo de Gestão da Estratégia do CAU.	
OE	
3.1. Objetivo Geral	
OG1	
3.2. Objetivos Específicos	
OESP1	
OESP2	
OESP3	
4.Funções Finalísticas do Conselho, conforme o Acórdão TCU nº1925/2019.	

4.1. Funções Finalísticas	
---------------------------	--

5. Escopo	Descreva o que será feito.
-----------	----------------------------

6. Limites	Descreva o que não será feito.
------------	--------------------------------

7. Partes Interessadas		
Nome	Papel	Ação

8. Lista de Recursos		
Tipo	Quantidade	Valor Estimado

9. Atividades e Cronograma Físico-Financeiro		
Atividade	Período	Custo Estimado R\$ (Orçamento)
Tarefa 1 - XXXXX		
Tarefa 2- XXXXX		
Tarefa 3- XXXXX		
TOTAL		-

10. Mapa de Riscos		
Risco	Probabilidade	Ação
Etapa 1		
Etapa 2		
Etapa 3		

11. Resultados Chaves Esperados (benefícios gerados)	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	

Total do Projeto:	-
% do Superávit	

APROVAÇÕES:	
Deliberação da Aprovação da Comissão:	
Deliberação da Aprovação do Plenário:	

**Anexo II**

Dados Cadastrais		
Responsáveis pelo Projeto	CPF	Matrícula

Se necessária a abertura de edital para a realização do projeto, informar:	
Objeto do edital	
Justificativa e vinculação à plataforma de gestão	
A quem se destina	
Valor global	
Previsão de nº de cotas (se houver)	
Valor máximo da cota	
Previsão do prazo de duração do edital: [mês/ano] a [mês/ano]	



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉA LARRUSCAHIM HAMILTON ILHA**, **Presidente do CAU/RS**, em 09/09/2025, às 16:25 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço [caubr.gov.br/seicau](http://caubr.gov.br/seicau), utilizando o código CRC **10DB6635** e informando o identificador **0704847**.

Rua Dona Laura, 320 14/15o. Andar | CEP 90430-090 - Porto Alegre/RS  
[www.caurs.gov.br](http://www.caurs.gov.br)

00176.002283/2025-89

0704847v21